

# Privatização de portos começa com Capuaba

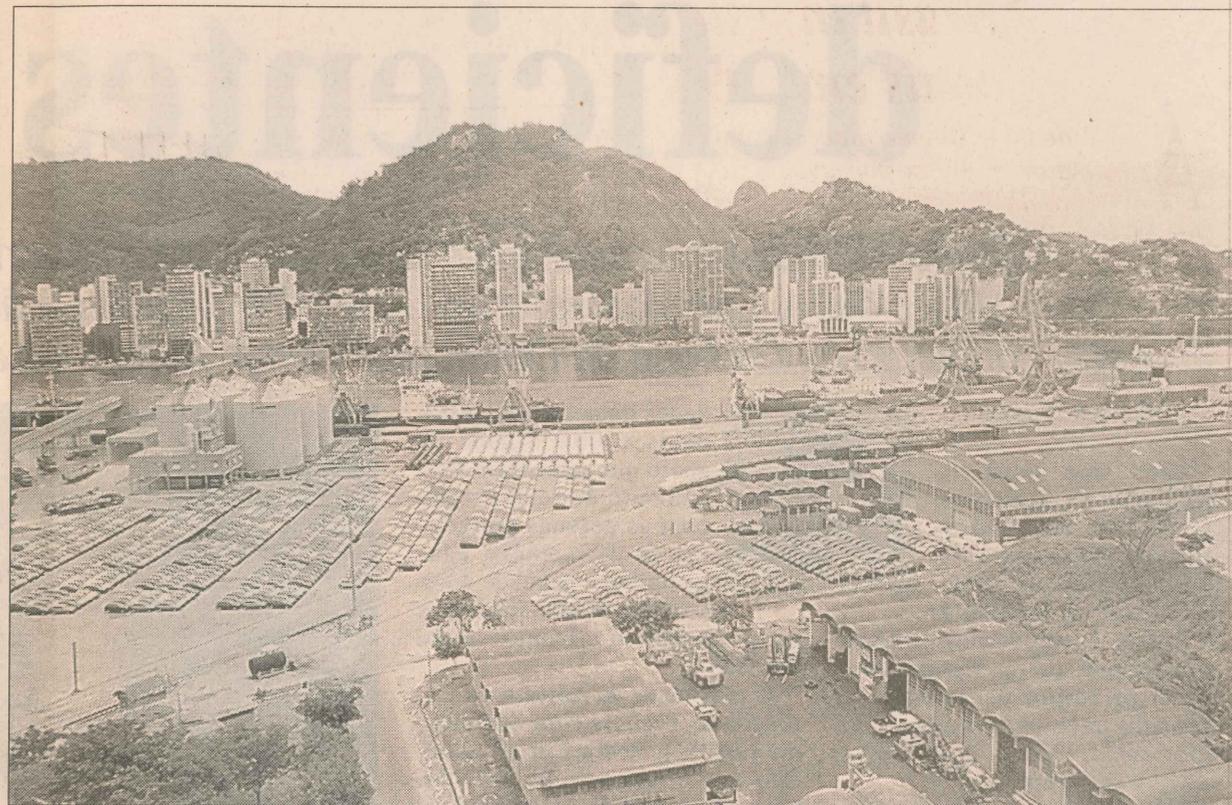
O terminal de Vila Velha vai a leilão no dia 25 de março, com lance mínimo de 4,9 milhões; Barra do Riacho no dia 27 e Paul no dia 30

A privatização dos portos operados pela Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) vai começar pelo porto de Vila Velha (Capuaba), cujo leilão de arrendamento de três dos seus cinco berços está marcado para o dia 25 de março. Na mesma semana, no dia 27, será a vez do cais de Paul, e no dia 30 de março é a data do leilão de arrendamento da área de Barra do Riacho. O edital dos leilões será publicado na próxima semana, segundo informou o presidente da Codesa, Henrique Mello de Moraes.

Os três leilões serão realizados na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e a Codesa deve arrecadar, à vista, pelo menos R\$ 9,2 milhões, aí considerados apenas os lances mínimos de entrada, sem ágio. Outros cerca de R\$ 60 milhões (também considerando apenas o preço mínimo, sem ágio) serão arrecadados ao longo de 25 anos, período de duração do arrendamento.

Concluídos os três leilões, a Codesa terá repassado à iniciativa privada 50% de suas operações, segundo informou Moraes. Os outros 50%, que incluem os dois berços restantes de Capuaba e os berços do porto de Vitória, serão arrendados numa etapa posterior, a ser realizada até o final do ano, conforme salientou ele. O processo de arrendamento dos portos da Codesa foi aprovado na manhã de ontem pelo Conselho Nacional de Desestatização (CND), segundo informou Luiz Henrique Teixeira Baldez, assessor do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha.

**PREÇO** - O preço mínimo para os três berços de Capuaba foi fixado em



Chico Guedes - 11/2/95

## LANCE

Capuaba terá o maior valor dos três portos em oferta: preço mínimo total de 28 milhões para 25 anos de concessão

## Codesa demitirá 450 funcionários

A Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) vai passar por uma ampla reestruturação, uma fase "delicadíssima", segundo informou ontem o presidente da empresa, Henrique Mello de Moraes. O homem que preparou a Espírito Santo Centrais Elétricas (Escelsa) para a privatização tem agora o mesmo desafio à

O enxugamento de pessoal, segundo explicou Moraes, será feito através de desligamento incentivado. Ele disse que os incentivos ainda não foram definidos, e que vão depender do montante de recursos a ser alocado pelo Ministério dos Transportes para esta finalidade. O presidente da Codesa informou

mais de 100 funcionários.

A empresa ainda não definiu se a reestruturação vai implicar na redução do número de Diretorias, que hoje somam quatro incluindo a Presidência, segundo informou Moraes. Ele destacou que a maior parte das demissões vai se concentrar na área operacional, que reúne maior

**PREÇO** – O preço mínimo para os três berços de Capuaba foi fixado em R\$ 28 milhões, sendo que uma parcela de R\$ 4,9 milhões terá de ser paga à vista. O restante vai ser pago em parcelas mensais e trimestrais ao longo de 25 anos, mesma foram de pagamento dos dois outros leilões. Para o cais de Paul, o lance mínimo será de cerca de R\$ 10 milhões, sendo que a parcela a ser paga à vista deve ser da ordem de R\$ 2,5 milhões.

Para o porto de Barra do Riacho, que ainda terá de ser construído, o lance mínimo para o arrendamento foi fixado em R\$ 30 milhões, e o valor a ser pago à vista, em R\$ 1,8 milhão. Quem arrendar Barra do Riacho terá de construir mil metros de cais linear, sendo 500 metros até o terceiro ano de arrendamento, e outros 500 metros do terceiro ao oitavo ano, segundo informaram os diretores da Codesa.

A movimentação mínima deverá ser de 50 mil contêineres por ano do sétimo ao nono ano de operação, sendo ampliada gradativamente, devendo chegar pelo menos a 200 mil contêineres no vigésimo ano do arrendamento. A expectativa, entretanto, é de que o porto de Barra do Riacho chegue a uma movimentação anual de cerca de 1 milhão de contêineres.

As empresas interessadas em participar do arrendamento dos portos de Capuaba, Paul e Barra do Riacho terão de constituir sociedades de propósito específico (SPE's), segundo explicou o presidente da Codesa. Nestas sociedades, 10% das ações terão de ser reservadas à participação de funcionários da empresa.

Operacionais (Escecos) para a privatização tem agora o mesmo desafio à frente da Codesa, e já anunciou ontem que o efetivo da companhia, que hoje reúne cerca de 570 funcionários, será reduzido para pouco mais de 100 até o final deste ano, o que significa o corte de mais de 450 empregados.

O processo da Codesa não é de privatização, e sim de arrendamento, à iniciativa privada, dos portos que opera. Até o final deste ano, a empresa sairá totalmente da operação portuária, passando a atuar apenas na administração do patrimônio arrendado ao setor privado e na promoção de atividades visando a atrair maior movimentação de cargas.

Transportes para esta finalidade. O presidente da Codesa informou ainda que os funcionários da área operacional poderão ser reaproveitados, atuando como trabalhadores avulsos, desde que devidamente inscritos no Órgão Gestor de Mão-de-Obra (Ogmo).

Segundo Moraes, o programa de desligamento incentivado deve ser iniciado em março e até o mês de abril, quando 50% da operação portuária da empresa já vão estar sob o comando da iniciativa privada, o número de funcionários vai passar de 570 para cerca de 200. Até o final do ano vão ocorrer novos enxugamentos do quadro, reduzindo este número para pouco

das demissões vai se concentrar na área operacional, que reúne maior número de funcionários. Quanto à área administrativa, o presidente disse que as empresas que arrendarem a operação portuária terão o compromisso de preservar postos de trabalho neste setor.

O presidente da Codesa disse que a situação da empresa, que vem registrando sucessivos déficits operacionais, é delicada. Apenas os contenciosos (trabalhistas, cíveis e tributários) superam os R\$ 40 milhões. “Temos que administrar os contenciosos, equilibrar as finanças e sair do déficit operacional”, destacou Henrique Mello de Moraes.